



REQUERIMENTO Nº , DE 2016 - CDH

Requeiro, com base no art. 58, §2º, incs. II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inc. II, e 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja realizada audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a Reforma da Previdência que vem sendo anunciada pelo Governo Temer e, muito especialmente, os seus efeitos para os profissionais da segurança pública, notadamente os policiais, e da qual deverão participar, ao menos, representantes das seguintes categorias de servidores:

- delegados da Polícia Federal;
- delegados da Polícia Civil;
- peritos criminais;
- agentes da Polícia Federal;
- agentes da Polícia Rodoviária Federal;
- agentes da Polícia Civil;
- policiais militares; e
- bombeiros militares.

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Temer está para encaminhar ao Congresso Nacional, ainda este ano, uma proposta de reforma previdenciária. Representantes de entidades associativas de profissionais que atuam na segurança pública têm externado grande preocupação com os efeitos que as mudanças podem acarretar para eles.



Segundo fomos informados, há um estudo sendo feito pela Fundação Getúlio Vargas com a finalidade de demonstrar a necessidade de um regime de aposentadoria e previdência específico para essa classe de profissionais, que têm jornada diferenciada dos demais servidores, além de exclusiva. O estudo leva em conta a condição de vida do policial, suas condições físicas e mentais.

É imperioso que a reforma da previdência que se avizinha leve em consideração a peculiaridade da atuação dos profissionais da segurança pública, não para garantir privilégios, muito pelo contrário, mas para dar-lhes tratamento isonômico, levando em consideração as diferenças que lhes são próprias.

Este Senado Federal deve estar preparado para debater o tema, e a audiência pública que pedimos tem esse objetivo. É fundamental que a proposta do Governo seja analisada com bastante prudência e com base em elementos concretos, que somente poderão ser obtidos ouvindo diretamente os maiores interessados e diretamente afetados: os profissionais da segurança pública, que contribuirão para o enriquecimento do debate e para uma perfeita compreensão da matéria, subsidiando futura deliberação desta Casa.

Por essa razão, pedimos aos nossos Pares que aprovem este Requerimento.

Sala da Comissão,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PSD - MT

